

Calamidade anunciada

CARLOS BARBOSA LIMA

A principal manchete do Jornal do Brasil (28.3) é contundente: "Censo sanitário humilha Brasil". Traz dados do IBGE que revelam que 67% das residências no país estão sem esgoto e 36% sem água encanada. E que, em saneamento, cada real investido permitiria poupar cinco em saúde preventiva. Que a política para o setor é suicida, não se tem feito nada, o que nos mostra uma visão catastrófica, de alto risco, tanto de saúde pública como de deterioração do meio ambiente em escala incontrolável.

A calamidade é bastante divulgada. Vale lembrar o excelente artigo de D. Mauro Morelli, bispo diocesano em Duque de Caxias e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, intitulado "O governo mentiu", publicado em O Globo do último dia 26. Não trata ele especificamente de saneamento mas de alimentação e pobreza no Brasil. Baseando-se em levantamento feito por Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, que estima em 55 milhões o número atual de párias e miseráveis no país. Refere-se também a Roberto Martins, presidente do Ipea que afirma que "53 milhões de brasileiros estariam submersos na pobreza e, dentre estes, 22 milhões na indigência".

Revolta-se contra o que chama de "terrorismo na economia" no atual mundo globalizado.

Será uma realidade definitiva? Estaremos condenados a conviver para sempre com essa enorme população excluída, subvencionando-a com assistencialismo sempre insuficiente, condenados à perpetuidade de nossa condição de país subdesenvolvido que, por modismo enganoso, denominamos agora de "emergente"?

DESCASO. José Conjota certamente diria que emergente no Brasil só são os novos ricos da Barra da Tijuca e os coliformes fecais que viajam a céu aberto pelas nossas ruas mais pobres. Que há mais de 30 anos nada se fez para reverter esse quadro e que não está longe o dia em que estaremos todos cercados e perdidos diante dessa invasão gigantesca de excrementos. Pois, afinal, onde estão aquelas obras tão prometidas, como o saneamento da periferia da Baía da Guanabara, dos

nossos principais rios, como o Paraíba, o Tietê, o Paraná, São Francisco etc. e tal? Onde estão os números reais e claros da anunciada Reforma Agrária, que poderiam trazer alguma esperança de assentamento no campo dessa população de párias? Diria ele que nessa guerra interna de se ganhar votos, saneamento é obra invisível com resultados muito inferiores a viadutos no agrado popular. E quanto aos pobres, basta ignorá-los, sempre passando longe de seus trajetos. Sem dúvida, uma política irresponsável, para não dizer suicida que parece enraizada secularmente no Brasil.

Os arautos da globalização extremada dizem que o saneamento tem que ser privatizado, mesmo sendo monopólio obrigatório, o que contraria as leis de concorrência do mercado livre. Que deveriam abrir licitações obrigando aos concessionários a investir, sobretudo nas regiões de menor poder aquisitivo. Acha que seria possível obrigar empresas particulares a investir socialmente, em prejuízo de seus lucros, de sua produtividade e competitividade. Um delírio tão estra-

Os arautos da globalização extremada dizem que o saneamento tem que ser privatizado, mesmo sendo monopólio obrigatório, o que contraria as leis de concorrência do mercado livre.

nho quanto paradoxal, pois se assim viesse a ocorrer essas empresas estariam indo contra todas as regras do liberalismo e globalização. Sem falar que o Estado não tem mínimas condições de impor controles de investimentos obrigatórios e sem retorno. Um delírio emergente.

Nesse debate, o Governo e grande parte da elite adotam a posição mais cômoda, a de procurar não ver. Evitam passar em certos bairros e regiões, tornam os carros blindados, os muros de suas casas mais altos, eletrificados, não usam roupas e adornos mais caros, não saem mais à noite. Tornam-se prisioneiros de suas ausências, renunciam ao livre trânsito em sua própria cidade, em sua própria rua.

Algumas vozes ainda procuram soluções na economia formal como, por exemplo, Hernando de Soto, que acha que o Terceiro Mundo tem potencialidades enormes, ainda não exploradas (O Globo, 27.3). Que existe uma impossibili-

dade de legalizar bens de propriedade da população pobre e que, não fosse isso, esses bens poderiam servir de capital aos empreendedores mais pobres. Bens esses que podem ser desde um barraco de morro a um pedaço de terreno.

CÁLCULOS. Ele diz que calcula "em mais de US\$ 10 trilhões esses bens e cita um exemplo: "por solicitação do presidente do México, Vicente Fox, minha organização (o Instituto para a Liberdade e Democracia em Lima, Peru) descobriu que os bens dos pobres mexicanos que não podem ser usados nos meios financeiros (capital morto) excedem US\$ 300 bilhões. Trata-se de uma soma 31 vezes superior a todos os investimentos estrangeiros no México e 26 mais do que o governo mexicano tem investido no futuro do país". Acha que as perspectivas são enormes e que seria possível obter um potencial ao menos 90 vezes maior do que toda ajuda dada ao Terceiro Mundo, durante as três últimas décadas. Diz ele que isso "não é um mero sonho" e conclui que "os ativos pobres do Terceiro

Mundo não são o problema para que haja desenvolvimento sustentável. Eles são a solução. Um desenvolvimento real e sustentável, porém, começa com o poder da lei. O principal desafio dos países em vias de desenvolvimento é reformar as esgotadas ou irrelevantes instituições legais que impedem os pobres de entrar no mundo das finanças".

Essas afirmações podem até ter um certo grau de exagero. Mas, de qualquer forma, representam mais uma saída a ser debatida, desde que exista interesse real do Governo e da elite dominante que, é claro, deve começar com a sua mudança de postura de indiferença para com a pobreza absoluta. E, diante de terrorismo econômico que nos impõe a globalização e da calamidade tão anunciada, assim como na fala de Hamlet – ser ou não ser – "entre sofrer pedras e setas com que a fortuna, enfurecida, nos alveja, ou insurgir-nos contra um mar de provações e em luta pôr-lhes fim", será sempre melhor ser. Aceitar o combate do que desistir, se esconder, fugir e sepultar para sempre o sonho de um país justo.

E-mail: carloslima@uol.com.br

Pobreza, tributo e pedágio

MOACYR SERVILHA DUARTE

ADVOGADO E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONCESSIONARIAS DE RODOVIAS (ABCR)

Um dos problemas sérios do Brasil é a má distribuição de renda, decorrente de fatores históricos como a escravidão e a inflação, agravada por um sistema tributário regressivo e por legislações e ações destinadas a beneficiar parcelas específicas da população.

Os estudos sobre a regressividade do sistema tributário brasileiro mostram que os mais pobres pagam proporcionalmente muito mais tributos sobre sua renda do que os mais ricos. Isso porque a arrecadação é baseada em contribuições e impostos indiretos, que incidem sobre os produtos e serviços de uso universal, que tanto pobres como ricos utilizam.

Da mesma forma, sabe-se que os gastos sociais do País estão num nível adequado, mas seus benefícios não se destinam principalmente aos mais necessitados: aposentadorias maiores vão para os servidores públicos, o ensino universitário gratuito atende principalmente às classes mais privilegiadas, absorvendo grande parte dos recursos, e assim por diante.

O Governo tem tomado iniciativas importantes para mudar essa situação, mas encontra oposição de grupos beneficiados pelas atuais distorções, que sempre acabam tendo respaldo político, especialmente em períodos eleitorais. Dessa forma, mesmo com o crescimento de renda, não se resolverá o problema de sua distribuição, como mostram os números do IBGE.

ÔNIBUS. O caso do pedágio é emblemático dessas mudanças e resistências. As pesquisas e estatísticas mostram que cerca de dois terços da população não têm acesso a veículos próprios e não usa, ou usa muito raramente, as rodovias, particularmente os principais eixos rodoviários. E quando as utiliza é em ônibus e não em veículos próprios. É lógico então que quem trafega pelas principais rodovias do país pague pela sua conservação e manutenção, através do pedágio. Trata-se de uma evidente medida de justiça social, permitindo que os recursos